



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO
RURAL DO DISTRITO FEDERAL

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2023 – EMATER-DF

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO REALIZADO POR MEIO DA INTERNET

TIPO: Menor Preço.

PROCESSO N.º: 00072-00000266/2023-40

INTERESSADO: EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL

OBJETO: Aquisição de material de Coudelaria ou de Uso Zootécnico, material de Expediente, material de acondicionamento e embalagem, Uniformes, Tecidos e Aviamentos, material de proteção e segurança, e ferramentas, conforme condições e especificações constantes no termo de Referência, Anexo I deste edital.

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.

PROGRAMA DE TRABALHO: 20.606.6201.2173.0002 PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL-PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ATER-DF ENTORNO

FONTE: 100

CÓDIGO UASG: 926.241

MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

VALOR TOTAL ESTIMADO: Sigiloso nos termos do art. 16 do RLC/EMATER-DF

ENTREGA DE PROPOSTA: A partir da publicação no Portal www.gov.br/compras.

DATA DA ABERTURA: 28/06/2023.

HORÁRIO DA ABERTURA: 09:30 horas.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico (www.gov.br/compras).

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO

A EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, por meio da Pregoeira Gerarda da Silva Carvalho, designado(a) pela Instrução

Normativa nº 133/2023 – EMATER-DF/COADM/COFIS/PRESI, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO, na forma Eletrônica, por meio de Sistema Eletrônico *COMPRAS GOVERNAMENTAIS*, do tipo menor preço, para a aquisição de equipamentos e materiais permanentes descrito(s) no Anexo I deste Edital.

O presente certame será regido pela Lei nº 13.303/2016, e do Regulamento de Licitações e Contratos da EMATER-DF (RLC/EMATER-DF), além das demais normas pertinentes, observadas as condições estabelecidas neste Ato Convocatório e seus Anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica do Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

O Edital estará disponível gratuitamente no site eletrônico no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

1. DO OBJETO:

1.1. A presente licitação tem como objeto a aquisição de material de Coudelaria ou de Uso Zootécnico, material de Expediente, material de acondicionamento e embalagem, Uniformes, Tecidos e Aviamentos, material de proteção e segurança, e ferramentas, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

2. DA SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

2.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, em até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço eletrônico licitacoes@emater.df.gov.br.

2.2. Em até três dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste pregão, na forma eletrônica, pelo endereço eletrônico licitacoes@emater.df.gov.br.

2.2.1. a impugnação não possui efeito suspensivo.

2.2.2. a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

2.3. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Termo de Referência, parte integrante do edital, decidir sobre a impugnação e/ou do pedido de esclarecimento no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

2.4. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

2.5. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

2.6. As decisões sobre as impugnações, bem como os esclarecimentos, serão divulgados pelo pregoeiro a todos os interessados no sítio www.gov.br/compras, nos Links: *Acesso Livre > Pregões > Agendados* e na tela principal, *acesso seguro*, em: *visualizar impugnação/esclarecimento/aviso*.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

3.1. Poderão participar deste Pregão:

3.1.1. Somente poderão participar as microempresas ou empresas de pequeno porte, em cumprimento ao disposto no art. 7º do Decreto nº 35.592/2014, que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, sendo inabilitada a empresa que não estiver na condição de entidade preferencial.

3.1.1.1. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido em licitações, previsto na Lei Complementar nº 123/2006, desde que não

se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º, art. 3º da referida Lei.

3.1.2. As microempresas ou empresas de pequeno porte que estiverem previamente cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e credenciadas perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do sítio www.gov.br/compras.

3.1.2.1. os interessados em participar do presente Pregão e que não estejam cadastrados no SICAF poderão providenciar o cadastramento, ao menos no nível de credenciamento, na forma estabelecida na IN SLTI/MPOG nº 03/2018, em qualquer unidade de cadastramento dos órgãos/entidades do Governo Federal, integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG, ou pela Internet, conforme orientações constantes no endereço www.gov.br/compras, no link: *Acesso Livre > SICAF*.

3.1.3. empresas que não estejam cadastradas no SICAF ou que estiverem com seus cadastramentos vencidos, desde que atendidas às exigências constantes do item 11.1 deste edital.

3.1.4. empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.

3.2. Não poderão participar direta ou indiretamente deste Pregão, as pessoas, físicas ou jurídicas, que tenham sofrido:

3.2.1. Penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na Lei 13.303/2016, e no Regulamento de Licitações e Contrato da EMATER/DF, desde que aplicada pela EMATER-DF;

3.2.2. Penalidade de impedimento de licitar e contratar, prevista na Lei 13.303/2016, e no Regulamento de Licitações e Contrato da EMATER/DF, aplicada por qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública federal;

3.2.3. Penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na Lei 13.303/2016, e no Regulamento de Licitações e Contrato da EMATER/DF, aplicada por qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública nacional, ou a prevista no artigo 46 da Lei n. 8.443/1992, aplicada pelo Tribunal de Contas da União;

3.2.4. Penalidade de proibição de contratar com o Poder Público prevista nos incisos do artigo 12 da Lei n. 8.429/1992.

3.3. Também estarão impedidas de participar da Licitação empresas que, na data do certame, estejam cumprindo sanção de proibição de participar de licitações e celebrar contratos administrativos nos termos das Leis no 9.605/98, e 12.527/11 e 12.529/11.

3.4. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum participando da presente licitação.

3.5. Serão impedidas de participar, também, as pessoas, físicas ou jurídicas, referidas nos artigos 38 e 44 da Lei n. 13.303/2016 e art. 20 do RLC-EMATER-DF.

3.6. Para os fins desta licitação, os impedimentos referidos neste Edital serão verificados perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Executivo Federal, e outros sistemas cadastrais pertinentes que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme o caso.

3.7. Não será admitida a participação de cooperativas na presente licitação.

3.8. O licitante poderá participar do procedimento licitatório por intermédio de sua matriz/sede ou filial, desde que cumpra as condições exigidas para habilitação e credenciamento, em relação ao estabelecimento com o qual pretenda participar do certame.

4. DO CREDENCIAMENTO:

- 4.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério da Economia, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 4.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 4.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à EMATER/DF responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.
- 4.5. Caberá à licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.6. O Pregão será conduzido pela EMATER-DF com apoio técnico e operacional da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério da Economia, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

5. DA PROPOSTA:

- 5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de lances ou propostas, de julgamento, de verificação de efetividade dos lances e propostas e de negociação, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos - RLC da EMATER-DF.
- 5.2. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, as licitantes deverão encaminhar, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, até a data e hora marcadas para abertura da sessão exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
 - 5.2.1. o envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
 - 5.2.2. os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
 - 5.2.3. as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
 - 5.2.4. a licitante obriga-se ao cumprimento de todas as condições previstas neste Edital e seus Anexos.
- 5.3. Para participação no Pregão, a licitante deverá assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
 - 5.3.1. declaração de inexistência de Fato Superveniente;
 - 5.3.2. declaração MEE/EPP/COOP;
 - 5.3.3. declaração de Menor;
 - 5.3.4. declaração Independente de Proposta;
 - 5.3.5. declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado;
 - 5.3.6. declaração de Acessibilidade;
 - 5.3.7. declaração de Cota de Aprendizagem.
- 5.4. Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas no item 18 deste Edital.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.8. Para formular e encaminhar a proposta de preços, no idioma oficial do Brasil, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço indicado no item 5.2 deste edital, a licitante deverá considerar, além das condições estabelecidas neste Edital, notadamente no Anexo I – Termo de Referência o seguinte:

5.8.1. apresentar o valor total ofertado para **cada item que compõem o grupo e o valor total do grupo**, em moeda corrente nacional, constante do Termo de Referência, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;

5.8.2. o prazo de validade das propostas não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data de abertura da sessão pública, o qual será assim considerado, caso não conste expressamente na proposta;

5.8.3. a licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de serviços, de quantidades e de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação;

5.9. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.10. A licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos.

5.11. A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

5.12. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica conhecimento e submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, bem como à legislação mencionada no preâmbulo deste.

5.13. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos da proposta ou incorretamente cotadas serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse título, devendo os materiais respectivos, serem fornecidos à EMATER-DF.

5.14. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte assinale, equivocadamente, no sistema eletrônico, a alternativa de que não cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, será considerado pelo sistema, para todos os fins, inclusive para desempate, que a licitante, mesmo podendo, optou por não se beneficiar, nesta licitação, do regime diferenciado e favorecido previsto na mencionada lei, não cabendo, posteriormente qualquer reclamação e/ou recurso.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

6.1. No dia e horário indicados no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, será realizada a abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pela Pregoeira.

6.2. Durante a sessão, a comunicação entre a Pregoeira e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.3. Incumbirá à Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

6.4. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

7.1. Aberta a sessão pública na internet, o pregoeiro verificará as propostas ofertadas conforme estabelecido no item 05 deste Edital, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com o estabelecido neste Edital e em seus Anexos.

7.1.1. o sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.

7.2. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

7.3. O pregoeiro não poderá desclassificar propostas em decorrência da oferta de valores acima do preço inicialmente orçado pela EMATER/DF na etapa anterior à formulação de lances (Acórdão TCU nº 934/07 – 1ª Câmara).

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES:

8.1. Após a verificação inicial das propostas, na forma do item anterior, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.2. A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.3. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

8.4. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá o lance/proposta recebido e registrado primeiro.

8.4.1. após a etapa de envio de lances (conforme o caso), haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

8.4.2. na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.6. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.7. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após decorridas vinte e quatro horas com comunicação expressa aos participantes no sítio www.gov.br/compras, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura.

8.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.10. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela, possam

ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.10.1. não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de vantajosidade.

8.11.1. não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.12. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

8.13. Será assegurado, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, que será adotado os procedimentos a seguir, quando o menor lance não for ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte que possa se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações previsto na mencionada Lei:

8.13.1. entende-se por empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

8.13.2. para efeito do disposto no item 8.13.1, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

8.13.2.1. a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada no intervalo estabelecido acima será convocada para, querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

8.13.2.2. apresentada proposta nas condições acima referidas, será analisada sua documentação de habilitação;

8.13.2.3. não sendo declarada vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocadas as remanescentes na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.13.2.4. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresa de pequeno porte que se encontrem no intervalo será realizado sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

8.13.2.5. na hipótese de não declaração de licitante vencedora, enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será analisada a documentação de habilitação da licitante que originalmente apresentou a menor proposta ou lance e, se regular, será declarada vencedora, sendo que na hipótese de não interposição de recurso, adjudicado em seu favor o objeto licitado.

8.13.2.6. o disposto no subitem 8.13.2.5, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.14. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.15. A desistência em apresentar lance implicará na manutenção do último preço ofertado pela licitante, para efeito de classificação de aceitabilidade da proposta.

8.16. O intervalo entre os lances intermediários enviados pela mesma licitante não poderá ser inferior a 20 segundos, e o intervalo entre lances que vise cobrir o melhor lance ofertado, até então pelos demais competidores, não poderá ser inferior a três (3) segundos.

8.16.1 os lances enviados em desacordo serão excluídos automaticamente pelo sistema eletrônico.

9. DA NEGOCIAÇÃO:

9.1. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro deverá encaminhar contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, para que seja obtida melhor proposta.

9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

10.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance ou ao valor negociado e demais documentos de habilitação, no prazo de 02 (duas) horas, contados da solicitação do Pregoeiro, por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema compras governamentais, em arquivo único.

10.1.1. os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema compras governamentais poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

10.1.2. a forma física da proposta inserida no sistema a ser encaminhada no envelope deverá conter:

a) Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, números do CNPJ;

b) O valor unitário e total de cada item, e o valor total do lote, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I) deste Edital, devendo estar inclusos nos preços ofertados todos os tributos, encargos sociais, frete, seguros e quaisquer despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação;

c) As especificações detalhadas dos materiais a ser fornecidos, observadas as características contidas no Anexo I – Termo de Referência, em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no *Comprasnet* e as especificações constantes deste edital, prevalecerão às últimas;

d) Prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;

e) Prazo para entrega do material, que será de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da Emissão da Nota de Empenho;

f) Apresentar documento probatório de que possui compromisso com a sustentabilidade ambiental, nos termos da Lei Distrital nº 4.770/2012, que poderá ser feito da seguinte forma:

I - por Declaração, onde a licitante afirma possuir o compromisso e responsabilidade com a Sustentabilidade Ambiental, nos termos das exigências impostas pela Lei Distrital nº 4.770/2012, conforme modelo constante do Anexo VI deste edital, ou;

II - com a apresentação de documento probatório (atestado, declaração, certificado, registro, credenciamento, etc) emitido por Órgãos Públicos de qualquer ente da Federação que tenha competência legal na área ambiental que o produto ofertado, comercializado, ou o fornecedor, distribuidor ou fabricante está devidamente cadastrado, registrado, etc no respectivo Órgão, ou;

III - com a apresentação de documentos que o fornecedor está em fase de implantação de práticas sustentáveis, informando, no referido documento, quais são as práticas já implantadas e quais as metas pretendidas a atingirem na questão da sustentabilidade ambiental.

IV - no caso do licitante apresentar os documentos comprobatórios, conforme mencionado nas alíneas i e iii, poderá ser designada pela EMATER/DF uma Comissão de Avaliadores que, juntamente com o Pregoeiro e sua Equipe, poderá inspecionar/vistoriar o estabelecimento ou o ponto comercial do licitante, a fim de verificar as informações e declarações apresentadas.

V - caso seja detectado pelos inspetores/avaliadores que as informações declaradas pelo licitante não sejam verdadeiras, ou que esteja de má-fé, serão tomadas as medidas administrativas, e se for o caso, penais, cabíveis ao caso.

h) Declaração de que não incorre nas vedações previstas no 20º do Regulamento de Licitações e Contratos/EMATER-DF, conforme modelo constante do Anexo VII deste edital.

10.1.2.1. caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta e não constar o registro de prazos divergentes dos estabelecidos, eles serão considerados como aceitos pela licitante, ficando esta obrigada ao cumprimento dos referidos prazos;

10.1.2.2. se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do inciso VI do art. 41 do Regulamento de Licitações e Contratos/EMATER-DF, para efeito de comprovação de sua executabilidade, podendo adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

I - questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecutabilidade;

II - consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

III - pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

IV - verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;

V - pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

VI - verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

VII - estudos setoriais;

VIII – demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

10.1.3. a licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta e documentação solicitadas, terá sua proposta desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.1.4. o Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado, à conformidade com as especificações do objeto licitado e aos requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, devendo ser desclassificada de forma motivada a que estiver em desacordo.

10.1.5. o Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da EMATER/DF ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão;

10.1.6. não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;

10.1.7. não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;

10.1.8. será desclassificada a proposta que contenha preço manifestamente inexequível, assim considerado aquele que seja inferior ao custo de produção, acrescido dos encargos legais, desde que a licitante, depois de convocada nos termos do subitem 10.1.2.2, não tenha demonstrado a executabilidade do preço ofertado;

10.1.9. para efeito de aceitabilidade das propostas, não serão admitidos valores superiores aos preços global e unitários estimados pela emater/DF, caso em que importará na desclassificação da proposta.

11. **DA HABILITAÇÃO:**

11.1. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA HABILITAÇÃO:

11.1.1. Comprovação da Habilitação Jurídica

a) registro comercial, arquivado na Junta Comercial respectiva, no caso de empresa individual; ou

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de

seus administradores; ou

c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; ou

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

b) prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede da licitante;

d) prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais, inclusive contribuições previdenciárias, e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014 e demais alterações);

e) para as empresas com sede e/ou domicílio fora do Distrito Federal, certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela **Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal-SEEC/DF**, em plena validade, que poderá ser obtida através do site www.fazenda.df.gov.br. (inteligência do art. 173, da LODF);

f) certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

g) certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

11.1.3. Qualificação Técnica

a) comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto desta licitação, por intermédio da apresentação de Atestado (s) de Capacidade Técnica, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando ter a licitante está fornecendo ou já ter fornecido produto compatível como o objeto desta licitação.

11.1.4. Qualificação Econômico-Financeira

a) certidão Negativa de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 09/02/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.

b) balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

i) as empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

ii) a boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

LG = -----

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

ATIVO CIRCULANTE

LC = -----

PASSIVO CIRCULANTE

ATIVO TOTAL

SG = -----

PASSIVO CIRCULANTE+ EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

iii) as licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o **item/grupo de itens** cotado constante do Anexo I deste edital.

11.2. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO:

11.2.1. A licitante habilitada parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ficará isenta de apresentar os documentos relacionados referentes à regularidade fiscal e trabalhista (item 11.1.2 com exceção da alínea “e”) e qualificação econômico-financeira (item 11.1.4 no que se refere à alínea “b” somente se possuir índices de LG e LC e SG superior a 1 um).

11.2.1.1. a licitante com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, deverá apresentar a certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela **Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal-SEEC/DF**, em plena validade, que poderá ser obtida através do site www.fazenda.df.gov.br. (inteligência do art. 173, da LODF)

11.2.1.2. as licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices de LG e LC e SG, deverão comprovar capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o **grupo de itens** cotado constante do Anexo I deste edital.

11.2.2. A comprovação da habilitação parcial no SICAF dar-se-á mediante a verificação da validade dos documentos necessários, através de consulta online ao sistema, opção “Situação do Fornecedor”, e mediante consulta ao:

11.2.2.1. cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

11.2.2.2. cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis.

11.2.2.3. cadastro de empresas punidas no Portal da Transparência do Distrito Federal no endereço eletrônico <http://www.transparencia.df.gov.br/#/prestando-contas/empresa-punida>.

11.2.3. É assegurado à licitante que esteja com algum documento vencido no SICAF o direito de encaminhar a documentação em plena validade, juntamente com a documentação não contemplada no SICAF prevista neste Edital.

11.2.4. Os documentos exigidos para a habilitação que não estiverem contemplados no SICAF ou das licitantes que não optarem pelo cadastramento do SICAF ou com cadastro desatualizado, poderão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços conforme previsto no item 10.1, em arquivo único, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Compras Governamentais, no mesmo prazo estipulado no mencionado item.

11.2.4.1. os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Compras Governamentais poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

11.2.5. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões se necessário, para verificar as condições de habilitação das licitantes, no entanto, não se responsabilizará pela possível indisponibilidade desses sistemas, quando da consulta no julgamento da habilitação, sendo de inteira responsabilidade da licitante a comprovação de sua habilitação.

11.2.5.1. a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

11.2.6. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista com alguma restrição, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação.

11.2.7. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

11.2.8. Os documentos necessários para a habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada por cartório competente, ou cópia acompanhada do original para conferência pelo Pregoeiro ou por membro da equipe de apoio ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou pela Internet, nos casos em que o órgão responsável pela emissão do documento disponibilizar sua consulta.

11.2.9. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos neste Edital e seus anexos.

11.2.10. Os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

11.2.11. Todos os documentos deverão estar em nome e CNPJ da matriz ou todos em nome e CNPJ da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e os atestados de capacidade técnica, que podem ser apresentados tanto em nome da matriz e/ou em nome da filial.

11.2.12. As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo Órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 90 (noventa) dias antes da data da sessão pública deste Pregão, exceto os documentos que se destinam a comprovação da qualificação econômico-financeira e qualificação técnica.

11.2.13. O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo as licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

11.2.14. A não apresentação dos documentos exigidos neste edital implicará em inabilitação da licitante, salvo se houver a possibilidade de consulta via internet durante o julgamento da habilitação pelo Pregoeiro.

11.2.15. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento dos requisitos de habilitação estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a licitante será inabilitada.

11.2.16. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

11.2.17. Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora por apresentar o menor preço POR GRUPO/LOTE.

12. DO RECURSO:

12.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso no prazo de 20 minutos.

12.1.1. a licitante que manifestar a intenção de recurso deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

12.1.2. a falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

12.1.3. o recurso não acolhido pelo Pregoeiro será apreciado e decidido pela autoridade superior.

12.1.4. o acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.1.5. os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados na EMATER/DF e no SEI no site <https://sei.df.gov.br>.

13. **DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:**

13.1. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro pelo menor preço **do Item**, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

13.2. A homologação deste Pregão compete ao Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal.

14. **DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:**

14.1 O Contrato será substituído pela nota de empenho, nos termos do Art. 67 do Regulamento de Licitações e Contratos da EMATER-DF.or

15. **DO RECEBIMENTO:**

15.1. O objeto desta licitação será recebido, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação; e

b) definitivamente, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

15.2. Após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento;

15.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do material/equipamento, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato;

15.4. Se a licitante vencedora deixar de entregar o material e/ou equipamento dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito e aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas neste Edital;

15.5. A Contratante poderá a seu exclusivo critério, por conveniência administrativa, dispensar o recebimento provisório do(s) produto(s), nos termos do artigo 79 do Regulamento de Licitações e Contrato da EMATER/DF.

16. **DO PAGAMENTO:**

16.1. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

16.1.1. certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

16.1.2. prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos/ Federais, inclusive contribuições previdenciárias, e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014);

16.1.3. certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

16.1.4. certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

16.2. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA.

16.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

16.4. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), terão seus pagamentos feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB.

16.4.1. para tanto, deverão apresentar o número da conta corrente e da agência em que desejam receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767/2011.

16.6 excluem-se do item 17.4:

- I. os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;
- II. os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;
- III. os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

16.7. O pagamento dar-se-á mediante emissão de Ordem Bancária – OB, junto ao Banco de Brasília S.A., em Brasília-DF, ou tratando-se de empresa de outro Estado que não tenha filial ou representação no Distrito Federal, junto ao banco indicado, conforme Decreto nº 32.767/2011, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de apresentação pela Contratada da documentação fiscal correspondente e após o atestado da fiscalização da EMATER/DF.

16.8. A retenção dos tributos não será efetivada caso a licitante apresente junto com sua Nota Fiscal a comprovação de que ele é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.

16.9. Documentos de cobrança rejeitados por erros ou incorreções em seu preenchimento serão formalmente devolvidos à Contratada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de sua apresentação.

16.10. Os documentos de cobrança, escoimados das causas que motivaram a rejeição, deverão ser reapresentados num prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

16.11. Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

16.12. As despesas decorrentes deste Pregão correrão à conta dos recursos provenientes da Unidade Orçamentária: 14.203; Programa de Trabalho n.º : 20.606.6201.2173.0055 (EPI) APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA NO DISTRITO FEDERAL; Natureza da Despesa: 3.3.90.30; e Fonte de Recursos: 100 - Iduso 06.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

17.2. Responsabilizar por todas as despesas diretas ou indiretas tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no cumprimento de suas obrigações resultantes do fornecimento do material;

17.3. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela contratante.

17.4. Cumprir todas as normas internas da EMATER-DF, bem como aquelas que regulam as ações de higiene e segurança do trabalho;

17.5. Informar a conta bancária, agência e nome do banco, e para depósitos superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conta específica no BRB (Decreto nº 32.767, de 16/02/2011).

17.6. Informar na Nota Fiscal o valor de retenção do ISS, observado na forma do disposto na legislação vigente, compreendendo inclusive a Lei Federal Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, Lei

Distrital Complementar nº 687, de 17 de dezembro de 2003 e Lei Distrital nº 3.247, de 17 de dezembro de 2003, bem como o valor de retenção do Imposto de Renda, quando houver, conforme Lei 7.450/85, art. 52, e portaria 314/86(MF) e suas alterações.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1. Ser responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto desta contratação;

18.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos profissionais da CONTRATADA;

18.3. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas quando da entrega do material;

18.4. Avaliar o cumprimento de todas as exigências contidas no Termo de Referência, informando e exigindo da CONTRATADA a pronta correção das desconformidades eventualmente encontradas;

18.5. Fiscalizar e zelar pelo cumprimento das especificações;

18.6. Efetuar o recebimento do material, conforme especificações do objeto;

18.7. Verificar prazos, garantias, certidões e atestar notas fiscais;

18.8. Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências da entrega do Material.

19. DA FISCALIZAÇÃO

19.1. A entrega dos materiais/serviços será acompanhada e fiscalizada por executor interno do ajuste, especialmente designado, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, além das atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal;

19.2. Conforme disposto no art. 76 do RLC-EMATER-DF é permitida contratação de terceiros para assistir e subsidiar o executor do ajuste, com informações pertinentes a essa atribuição;

19.3. Não obstante a Contratada seja única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços definidos neste edital e seus anexos, a Contratante reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização sobre os serviços, por intermédio de representante especificamente designado, sem que de qualquer forma restrinja essa responsabilidade, podendo:

19.4. Exigir a substituição de qualquer empregado ou preposto da contratada que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços;

19.5. Determinar a correção dos serviços realizados com falha, erro ou negligência, lavrando termo de ocorrência do evento.

20. DAS SANÇÕES:

Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Pregão, serão aplicadas as penalidades estabelecidas no Regulamento de Licitações e Contratos - EMATER-DF, e na Lei 13.303/2016 (Anexo IV deste edital).

21. DISPOSIÇÕES FINAIS:

21.1. As instruções estabelecidas neste Edital de licitação determinam os procedimentos que orientarão o presente processo licitatório até a assinatura do respectivo CONTRATO que, se for o caso, poderá ser substituído por Nota de Empenho. Alegações de desconhecimento destas instruções, bem como das disposições legais especificadas, não serão aceitas como razões válidas para justificar quaisquer erros ou divergências encontradas em seus documentos de habilitação e/ou propostas.

21.2. Qualquer condição descrita nos documentos que integram este Edital, embora, não expressa neste instrumento, devem ser observadas pelos interessados quando da elaboração de suas propostas comerciais.

- 21.3. O desatendimento de exigências formais não essenciais para aferição de informação, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível avaliar sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta comercial.
- 21.4. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 21.5. Em caso de divergências entre as especificações do objeto descritas no COMPRASNET – CATSERV e as especificações constantes neste Edital prevalecerão estas últimas.
- 21.6. Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas ou outros, bem como os documentos necessários para atender qualquer exigência deste Edital.
- 21.7. Fica impedido de aceitação pelo Pregoeiro(a), na fase de negociação posterior à disputa de lances, de majoração (aumento) de preço unitário de item já definido na etapa de lances, pelo fornecedor, quer para os itens adjudicados individualmente, quer para os adjudicados em grupos, conforme disposto no Acórdão TCU 1872/2018-Plenário.
- 21.8. Deverá ser observada a obrigatoriedade de ofertar valores para todos os itens inseridos na tabela constante do Anexo I do Termo de Referência.
- 21.9. O valor unitário dos itens e total do lote ofertado deverá estar igual ou abaixo dos valores estimados pela EMATER-DF.
- 21.10. A Empresa de Assistência Técnica Extensão Rural do Distrito Federal e os licitantes interessados no fornecimento do objeto deste edital se comprometem a observar e zelar pelo mais alto padrão de ética durante todo o processo desta licitação, da sua contratação e futura execução contratual.
- 21.11. Qualquer cidadão é parte legítima para apresentar denúncias sobre possíveis atos da administração ou de participantes de processos licitatórios, que atentem contra a moralidade, ética e legalidade, podendo fazer tal denúncia por meio do Canal de Denúncias da EMATER-DF disponível no link <http://www.emater.df.gov.br>.
- 21.12. As empresas interessadas em participar desta licitação deverão observar o teor do Art. 7º do Decreto 7.203/2010, que estabelece vedação para que familiar de agente público preste serviços no órgão ou entidade em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança.
- 21.13. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do DF e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do CONTRATO.
- 21.14. A EMATER-DF poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 21.15. A anulação por constatada ilegalidade do pregão, induz à do contrato.
- 21.16. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 21.17. É facultado ao (à) Pregoeiro(a) ou à autoridade superior, em qualquer fase desde Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

21.18. A critério do(a) Pregoeiro(a) poderá ser prorrogado o prazo estabelecido de 120 (cento e vinte) minutos a partir da solicitação no Sistema Eletrônico, para envio da proposta e documentação em arquivo único, por meio da opção “Enviar Anexo” do Sistema Comprasnet ou por e-mail licitacoes@emater.df.gov.br.

21.19. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na EMATER-DF.

21.20. 22.20. O desatendimento às exigências formais, não essenciais, não importará na inabilitação da licitante e/ou desclassificação de sua proposta, desde que seja possível a aferição de sua habilitação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.

21.21. 22.21. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.22. 22.22. A autoridade competente poderá, em qualquer fase do processo licitatório, desclassificar a proposta da licitante que for declarada inidônea na área da Administração Pública, assegurada a ampla defesa.

21.23. 22.23. Nos termos do art. 81, § 1º do RLC-EMATER-DF, o contratado poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

21.24. 22.24. Não será aceito a subcontratação conforme estabelecido no item 7 do Termo de Referência, Anexo I do edital.

21.25. 22.25. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da EMATER-DF.

21.26. 22.26. O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o de Brasília – DF, com exclusão de qualquer outro.

21.27. 22.27. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas na Gerência de Material e Patrimônio - GEMAP, por meio do Telefone: (61) 3311 9441.

21.28. 22.28. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

XX – ANEXOS:

20.1. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:

20.1.1. ANEXO I - Termo de Referência

20.1.2. ANEXO II - Modelo de Proposta de preços

26.1.4. ANEXO III - Modelo das Declarações

20.1.3. ANEXO IV - Das Penalidades

Cleison Medas Duval

Presidente

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2023 – EMATER-DF

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO 00072-00000266/2023-40 - Insumos para capacitações do CEFOR e para a consolidação do Projeto de Apicultura para agricultores (as) familiares do Distrito Federal	
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO
GRUPO	30.12 - Material de Coudelaria ou de Uso Zootécnico; 30.16 - Material de Expediente; 30.19 - Material de Acondicionamento e Embalagem; 30.23 - Uniformes, Tecidos e Aviamentos; 30.28 - Material de Proteção e Segurança; 30.42 - Ferramentas.

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de materiais de consumo que serão utilizados nos cursos de capacitação em apicultura (criação de abelhas com ferrão) planejadas pelo Centro de Formação Tecnológica e Desenvolvimento Profissional (CEFOR), e para assegurar aos extensionistas lotados nos escritórios locais as condições necessárias para apoiar o desenvolvimento do Projeto de Apicultura junto a agricultores familiares, conforme Pedidos de Compras/Aquisição de Materiais nº 3 (103762859).

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Os materiais serão utilizados para a realização dos cursos de iniciação em apicultura planejados no Plano Anual de Trabalho do Centro de Formação Tecnológica e Desenvolvimento Profissional – CEFOR da EMATER-DF, para capacitar agricultores (as) e jovens, bem como fornecer insumos, indumentárias e equipamentos básicos às equipes participantes do Projeto de Iniciação à Apicultura, de forma a assegurar-lhes as condições necessárias para a prestação de assistência técnica aos apicultores estabelecidos e iniciantes de suas áreas de atuação. Essas aquisições viabilizarão as realizações das atividades de capacitação em apicultura evitando o adiamento ou cancelamento dos mesmos, bem como o desenvolvimento de ações práticas programadas para a implantação do Projeto de Iniciação à Apicultura para agricultores (as) familiares no Distrito Federal (capturas de enxame de abelhas, estabelecimento e manejo de colmeias e coleta de mel).

2.2. Destaca-se que para a implantação e desenvolvimento deste Projeto a EMATER-DF já recebeu equipamentos básicos (120 caixas Longstroth completas, 20 fumigadores apícolas e 20 baldes de inox), através de Termo de Doação (102720078) firmado com a CODEVASF, conforme consta no bojo do processo 00072-00003489/2022-88.

3. DA ESPECIFICAÇÃO, DO QUANTITATIVO E DO PREÇO.

3.1. O valor estimado da pretensa aquisição será sigiloso, nos moldes do art. 16 do Regulamento de Licitações e Contratos da EMATER-DF.

3.2. O critério de valor será estimado, conforme os moldes do Decreto 10.024/2019.

3.3. Conforme disposto art. 48, Inc. I, da lei complementar 123/2006 e suas alterações, o processo licitatório será destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS				
Item	Descrição	Descrição Complementar	Unidade	Quantidade
1	Roupa de proteção fim específico, nome - roupa de proteção para atividade apícola (manejo de abelhas com ferrão).	Vestimenta/individual de segurança para Apicultor, composta de duas peças, sendo uma calça “tipo Moletom”, com cordão de ajuste e elásticos duplos reforçados na cintura e barras, com ou sem bolsos. Na cor branca ou amarela, tamanho M , confeccionada em tecido de Nylon ou Albene; e uma blusa “tipo jaleco de apicultor” na cor branca ou	Und	06

		<p>Amarela, tamanho M, confeccionada em tecido de Nylon ou Albene com dois bolsos frontais, ventilada nos braços, tronco e cabeça, em três camadas, sendo a primeira de tela fina, a segunda de manta acrílica e a terceira variável, podendo ser de tela fina ou tecido de algodão cru. Deve ter zíper de PVC reforçado, possibilitando a abertura parcial entre a parte superior e inferior do jaleco, de modo a permitir a retirada parcial da parte superior. A parte superior deverá ser composta chapéu destacável, fixado com velcro, de forma a não permitir o acesso de insetos, ajustável, deve ser de material rígido, sintético ou natural e/ou carneira sintética de ajuste na cabeça, com armação metálica de sustentação ou similar, viseira com tela de proteção do rosto, de cor escura, "tipo esgrimador", disposta de modo a ficar longe do rosto por meio da armação metálica antiferrugem, ajustável, de forma que impeça a entrada de abelhas e/ou ferroadas. Deve possuir mangas compridas com duplos ajustes elásticos nos punhos e cintura.</p>		
2	<p>Roupa de proteção fim específico, nome - roupa proteção para atividade apícola (manejo de abelhas com ferrão).</p>	<p>Vestimenta/individual de segurança para Apicultor, composta de duas peças, sendo uma calça "tipo Moletton", com cordão de ajuste e elásticos duplos reforçados na cintura e barras, com ou sem bolsos.</p> <p>Na cor branca ou amarela, tamanho G, confeccionada em tecido de Nylon ou Albene; e uma blusa "tipo jaleco de apicultor" na cor branca ou Amarela, tamanho G, confeccionada em tecido de Nylon ou Albene com dois bolsos frontais, ventilada nos braços, tronco e cabeça, em três camadas, sendo a primeira de tela fina, a segunda de manta acrílica e a terceira variável, podendo ser de tela fina ou tecido de algodão cru. Deve ter zíper de PVC reforçado, possibilitando a abertura parcial entre a parte superior e inferior do jaleco, de modo a permitir a retirada parcial da parte superior. A parte superior deverá ser composta chapéu destacável, fixado com velcro, de forma a não permitir o acesso de insetos, ajustável, deve ser de material rígido, sintético ou natural e/ou carneira sintética de ajuste na cabeça, com armação metálica de sustentação ou similar, viseira com tela de proteção do rosto, de cor escura, "tipo esgrimador", disposta de modo a ficar longe do rosto por meio da armação metálica antiferrugem, ajustável, de forma que impeça a entrada e/ou ferroadas. Deve possuir mangas compridas com duplos ajustes elásticos nos punhos e cintura.</p>	Und	12
3	<p>Roupa de proteção fim específico, nome roupa proteção para atividade apícola (manejo de abelhas com ferrão).</p>	<p>Vestimenta/individual de segurança para Apicultor, composta de duas peças, sendo uma calça "tipo Moletton" com cordão de ajuste e elásticos duplos reforçados na cintura e barras, com ou sem bolsos.</p> <p>Na cor branca ou amarela, tamanho GG, confeccionada em tecido de Nylon ou Albene; e uma blusa "tipo jaleco de apicultor" na cor branca ou Amarela, tamanho GG, confeccionada em tecido de Nylon ou Albene com dois bolsos frontais, ventilada nos braços, tronco e cabeça, em três camadas, sendo</p>	Und	07

		a primeira de tela fina, a segunda de manta acrílica e a terceira variável, podendo ser de tela fina ou tecido de algodão cru. Deve ter zíper de PVC reforçado, possibilitando a abertura parcial entre a parte superior e inferior do jaleco, de modo a permitir a retirada parcial da parte superior. A parte superior deverá ser composta chapéu destacável, fixado com velcro, de forma a não permitir o acesso de insetos, ajustável, deve ser de material rígido, sintético ou natural e/ou carneira sintética de ajuste na cabeça, com armação metálica de sustentação ou similar, viseira com tela de proteção do rosto, de cor escura, "tipo esgrimador", disposta de modo a ficar longe do rosto por meio da armação metálica antiferrugem, ajustável, de forma que impeça a entrada e/ou ferroadas. Deve possuir mangas compridas com duplos ajustes elásticos nos punhos e cintura.		
4	Roupa de proteção fim específico, nome - roupa proteção para atividade apícola (manejo de abelhas com ferrão).	<p>Vestimenta/individual de segurança para Apicultor, composta de duas peças, sendo uma calça "tipo Moleton" com cordão de ajuste e elásticos duplos reforçados na cintura e barras, com ou sem bolsos.</p> <p>Na cor branca ou amarela, tamanho XGG, confeccionada em tecido de Nylon ou Albene; e uma blusa "tipo jaleco de apicultor" na cor branca ou Amarela, Tamanho XGG, confeccionada em tecido de Nylon ou Albene com dois bolsos frontais, ventilada nos braços, tronco e cabeça, em três camadas, sendo a primeira de tela fina, a segunda de manta acrílica e a terceira variável, podendo ser de tela fina ou tecido de algodão cru. Deve ter zíper de PVC reforçado, possibilitando a abertura parcial entre a parte superior e inferior do jaleco, de modo a permitir a retirada parcial da parte superior. A parte superior deverá ser composta chapéu destacável, fixado com velcro, de forma a não permitir o acesso de insetos, ajustável, deve ser de material rígido, sintético ou natural e/ou carneira sintética de ajuste na cabeça, com armação metálica de sustentação ou similar, viseira com tela de proteção do rosto, de cor escura, "tipo esgrimador", disposta de modo a ficar longe do rosto por meio da armação metálica antiferrugem, ajustável, de forma que impeça a entrada e/ou ferroadas. Deve possuir mangas compridas com duplos ajustes elásticos nos punhos e cintura.</p>	Und	05
5	Bota de segurança	Material pvc, cloreto de polivinila, cano médio, com forro em poliéster, sola borracha antiderrapante, cor branca, tamanho 38 , cano médio (26,5 cm), sem biqueira, para uso em atividade apícola.	Par	05
6	Bota de segurança	Material pvc, cloreto de polivinila, cano médio, com forro em poliéster, sola borracha antiderrapante, cor branca, tamanho 40 , cano médio (26,5 cm), sem biqueira, para uso em atividade apícola	Par	10
7	Bota de segurança.	Material pvc, cloreto de polivinila, cano médio, com forro em poliéster, sola borracha antiderrapante, cor branca, tamanho 42 , cano médio (26,5 cm), sem biqueira, para uso em atividade apícola.	Par	10

8	Bota de segurança.	Material pvc, cloreto de polivinila, cano médio, com forro em poliéster, sola borracha antiderrapante, cor branca, tamanho 44 , cano médio (26,5 cm), sem biqueira, para uso em atividade apícola.	Par	05
9	Luva de segurança, nome - luvas de proteção/segurança.	Luva para apicultura 100% em Kroyal branco, Tamanho G , com cinco dedos, de cor clara (branco ou amarelo), com um reforço na palma da mão (possibilitando aumento da resistência a ruptura na área do mão/polegar), costurada com linha 100% poliamida que lhe dá alta resistência a rupturas e durabilidade. Deve ser lisa dificultando a aderência da abelha em sua superfície. Punho longo e com elástico, evitando que a luva saia da mão.	Par	15
10	Luva de segurança, nome - luva segurança.	Luva para apicultura 100% em Kroyal branco, Tamanho GG , com cinco dedos, de cor clara (branco ou amarelo), com um reforço na palma da mão (possibilitando aumento da resistência a ruptura na área do mão/polegar), costurada com linha 100% poliamida que lhe dá alta resistência rupturas e durabilidade. Deve ser lisa dificultando a aderência da abelha em sua superfície. Punho longo e com elástico evitando que a luva saia da mão.	Par	15
11	Formão, nome formão de apicultor.	Formão para apicultura. Dimensões: 23cm de comprimento e 4cm de largura; fabricado em aço Inox AISI 304, chapa de 3 mm - Dimensões: 23,7 x 3,7 x 0,3 cm. Peso: 180 a 200g	Und	10
12	Equipamento/acessório - apicultura, tipo caixa de núcleo, material madeira, aplicação atividades apícolas, características adicionais para multiplicação de colônia de apis melífera, comprimento 55, largura 26.	Caixa núcleo para abelhas padrão Langstroth produzidas de acordo com a ABNT NBR 15713. Material: madeira de cedro/cedrinho ou eucalipto vermelho (Urograndis) sem qualquer tratamento químico para conservação. Madeira deve ser aplainada com excelente acabamento (sem rachaduras ou madeira empenada). Madeira do núcleo com 2 cm de largura e com duas alças laterais para segurar escavadas na própria madeira. Quadros de ninho produzidos em madeira aplainada de cedro/cedrinho ou eucalipto, com espaçadores Hoffman, com 03 furos para passar arame. Travessão superior com entalhe para encaixar lâmina de cera em todos os quadros. Componentes: fundo, caixa núcleo, cinco quadros de ninho e tampa. Comprimento 55 cm, largura 26cm. Com medidas no Padrão Langstroth.	Und	14
13	Caixa Isca para captura de abelhas do gênero Apis Mellífera.	Caixa Isca para captura de abelhas do gênero Apis Mellífera, confeccionada em papelão reforçado/ondulado, com capacidade para 5 quadros de ninho, com medidas no Padrão Langstroth.	Und	300
14	Quadros de ninhos, tipo caixilho desmontados para caixas de ninho padrão langstroth.	Quadros de ninhos desmontados fabricados em madeira de eucalipto ou similar, com todos os encaixes para armação e 3 furos para passagem de fios nas armações laterais, com medidas no padrão Langstroth.	Und	600
15	Arame de aço inox.	Carretel de arame de aço inox para quadro de ninho e melgueira, com peso médio de 420 gramas, de aço inox 304L, com espessura 0.45mm	Und	06

16	Tela de transporte, tipo tela de transporte para ninho com 10 quadros na medida padrão langstroth	Tampa de tela superior para transporte de ninho de 10 quadros. Fabricada em madeira de eucalipto ou similar e tela galvanizada, com medidas no padrão Longstroth.	Und	14
17	Tela de transporte, tipo tela de transporte para caixa núcleo de captura com 5 quadros, com medidas no padrão Langstroth.	Tampa de tela superior de transporte para caixa núcleo de captura (com 5 quadros) quadros. Fabricada em madeira de eucalipto ou similar e tela galvanizada, com medidas no padrão Longstroth	Und	14
18	Tela excludora para alvado de colmeia 10 quadros, com medidas no padrão Langstroth.	Construída com madeira de eucalipto, com tela excludora de plástico com medidas de 37cm x 8cm x 5cm, para caixas padrão Langstroth.	Und	14
19	Tela excludora para alvado de caixa de núcleo de captura com 5 quadros, com medidas no padrão Langstroth.	Construída com madeira de eucalipto ou similar, com tela excludora de plástico com medidas de 37 cm x 8 cm x 5 cm, para caixas padrão Langstroth com 5 quadros.	Und	14
20	Tampa de tela para alvado com escape invertido – para caixas de ninho com 10 quadros, com medidas no padrão Langstroth.	Construída com madeira, com tela galvanizada, com 5 cones de entradas, adequada para ajustar ao alvado de caixas de ninho com 10 quadros, com medidas no padrão Loangstroth.	Und	14
21	Tampa de tela para alvado com escape invertido para caixas/núcleos de captura com 5 quadros, com medidas padrão Langstroth.	Construída com madeira, com tela galvanizada, com 3 cones de entradas, adequada para ajustar ao alvado de caixas/núcleo de captura com 5 quadros, com medidas no padrão Loangstroth.	Und	14
22	Cera abelha, tipo cera alveolada, aplicação apicultura, cor natural.	Lâminas alveoladas de cera de abelha para apicultura, cor natural, sem aditivos. Medida mínima das lâminas: 20cm X 42 cm de comprimento. Peso médio por lâmina: 60 a 70 gramas.	kg	60
23	Cera abelha, tipo cera bruta, aplicação apicultura, cor natural.	Cera de abelha bruta para apicultura, cor natural, sem aditivos.	Kg	05
24	Caneco soldador de cera para apicultura. Caneco de metal, material ferro, capacidade mínimo de 100, material cabo madeira, características adicionais - para fixação de cera alveolada em quadros de ninho e melgueiras.	Caneco soldador de cera para uso em atividade apícola, fabricado com ferro fundido, capacidade mínimo de 100 ML, haste do cabo revestida de madeira, e bico de condução de cera com 4cm de comprimento	Und	07
25	3.4. Garfo desoperculador- garfo de desopercação de favos de mel de abelhas do espécie Apis Mellifera.	Garfo desoperculador reforçado em inox 304 com cabo emborrachado Material: Inox 304 e cabo de plástico, na cor azul ou preta, - comprimento 20,5 cm - Agulhas 16 agulhas	Und	07
26	Vassoura apícola para uso em atividade de apícola.	Vassoura/espanador de abelhas, fabricada com cerdas macias de crina de cavalo, com cabo em madeira, com duas a três fileiras de cerdas, nas dimensões mínimas de 4,0 X 8,5 X 24 cm.	Und	07
27	Fita Crepe Escolar, 101 48 x 50 m, Multicolor	Fita adesiva crepe - Fita Crepe Escolar, 101 48 x 50 m, Multicolor.	Und	20
28	Liga elástica para papel	Liga elástica modelo 18, Diâmetro: 65 mm, comprimento x largura: 170 mm x 25 mm, espessura,	Pct/Kg	07

cor amarela ou verde.

Total

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente compatível com o objeto deste Termo de Referência, por intermédio da apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

5. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1. Local da entrega: SAIN Parque Rural, Edifício Sede da EMATER-DF, Bloco C, CEFOR, Asa Norte, Brasília, DF; A/C João Pires da Silva Filho ou João Gabriel César Palermo, telefone (61) 3311-9496, celular (61) 99360-3993 ou (61) 98642-6339, email: cefor@emater.df.gov.br, de segunda à sexta-feira, exceto feriados, entre 8h e 12h ou entre 13h e 16:30 h.

5.2. Prazo de entrega: 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota de Empenho, podendo ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado e com aceite do executor do contrato.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento deverá ser efetuado em até 30 dias após o recebimento dos insumos e equipamentos, em conformidade com a legislação vigente;

6.2. O pagamento ficará condicionado à comprovação de regularidade junto à Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, assim como regularidade junto à Receita Federal (CND), fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), Tribunal Superior do Trabalho (CNDT) e apresentação de Nota Fiscal Eletrônica conforme protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009 e suas alterações;

6.3. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão efetuados exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto, deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto nº 32.767/2011;

6.4. Empresas de outros estados que não tenham filiais ou representação no Distrito Federal poderão indicar conta corrente de outro banco, conforme Decreto nº 32.767/2011.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deverá entregar os materiais em perfeitas condições de consumo, em conformidade com as especificações do objeto, da legislação vigente visando sempre cumprir os prazos e datas estabelecidas neste Projeto Básico;

7.2. A Contratada deverá se responsabilizar pela qualidade dos materiais fornecidos, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer seu funcionamento;

7.3. Responsabilizar por todas as despesas diretas ou indiretas tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no cumprimento de suas obrigações resultantes da execução do contrato;

7.4. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela contratante;

7.5. Cumprir todas as normas internas da EMATER-DF, bem como aquelas que regulam as ações de higiene e segurança do trabalho;

7.6. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou sua dispensa.

7.7. Informar a conta bancária, agência e nome do banco, e para depósitos superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conta específica no BRB (Decreto nº 32.767, de 16/02/2011).

7.8. Informar na Nota Fiscal o valor de retenção do ISS, observado na forma do disposto na legislação vigente, compreendendo inclusive a Lei Federal Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, Lei Distrital Complementar nº 687, de 17 de dezembro de 2003 e Lei Distrital nº 3.247, de 17 de dezembro de 2003, bem como o valor de retenção do Imposto de Renda, quando houver, conforme Lei 7.450/85, art. 52, e portaria 314/86(MF) e suas alterações;

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Permitir livre acesso aos empregados da empresa vencedora ao local de entrega, desde que devidamente identificados;

8.2. Informar à Contratada e seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento para a entrega dos materiais;

8.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

8.4. Comunicar prontamente a Contratada toda e qualquer anormalidade verificada nos materiais;

8.5. Efetuar o recebimento dos materiais conforme especificações do objeto e indicar o local para guarda dos mesmos;

8.6. Designar empregado ou comissão para fiscalização da entrega dos materiais;

8.7. Rejeitar no todos os materiais entregues em desacordo com as especificações contidas neste Projeto Básico;

8.8. Verificar prazos, garantias, certidões e atestar notas fiscais;

8.9. Efetuar o pagamento em conformidade com a legislação vigente no Distrito Federal.

9. DA SUSTENTABILIDADE

9.1. A contratada deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770/2012;

9.2. Todos os processos envolvidos na execução desse objeto, sejam de extração, fabricação, utilização ou descarte de materiais e serviços devem estar revestidos da preocupação com a sustentabilidade ambiental e totalmente de acordo com as imposições normativas editadas pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E GARANTIA CONTRATUAL

10.1. O termo de contrato será substituído pela nota de empenho.

10.2. Não será exigida a garantia contratual.

11. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

11.1. As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, ficam sujeitas às sanções estabelecidas na Seção IV, do Capítulo III, do RLC/EMATER-DF, no tocante aos valores das multas que, porventura, possam vir a ser aplicadas.

12. DAS OBSERVAÇÕES GERAIS:

12.1. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060 (Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012).

13. DO FORO:

13.1. Fica eleito o foro da Justiça do Distrito Federal para dirimir quaisquer divergências não solucionadas administrativamente oriundas do cumprimento das obrigações estabelecidas.

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2023 – EMATER-DF

ANEXO II

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

À EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXRTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL,

Parque Estação Biológica - CEP: 70.770.915

Apresentamos proposta de PREÇOS de acordo com as especificações, condições e prazos estabelecidos no Pregão Eletrônico n.º ____/202__- EMATER-DF, dos quais nos comprometemos a cumprir integralmente.

Declaramos que concordamos com todas as condições estabelecidas no Edital e seus respectivos Anexos. Nossa cotação para a prestação dos serviços será conforme tabela abaixo:

ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS						
Item	Descrição	Descrição Complementar	Unidade	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
1	Roupa de proteção fim específico, nome - roupa de proteção para atividade apícola (manejo de abelhas com ferrão).	Vestimenta/individual de segurança para Apicultor, composta de duas peças, sendo uma calça "tipo Moleton", com cordão de ajuste e elásticos duplos reforçados na cintura e barras, com ou sem bolsos. Na cor branca ou amarela, tamanho M , confeccionada em tecido de Nylon ou Albene; e uma blusa "tipo jaleco de apicultor" na cor branca ou Amarela, tamanho M , confeccionada em tecido de Nylon ou Albene com dois bolsos frontais, ventilada nos braços, tronco e cabeça, em três camadas, sendo a primeira de tela fina, a segunda de manta acrílica e a terceira variável, podendo ser de tela fina ou tecido de algodão cru. Deve ter zíper de PVC reforçado, possibilitando a abertura parcial entre a parte superior e inferior do jaleco, de modo a permitir a retirada parcial da parte superior. A parte superior deverá ser composta chapéu destacável, fixado com velcro, de forma a não permitir o acesso de insetos, ajustável, deve ser de material rígido, sintético ou natural e/ou carneira sintética de ajuste na cabeça, com armação metálica de sustentação ou similar, viseira com tela de proteção do rosto, de cor escura, "tipo esgrimador", disposta de modo a ficar longe do rosto por meio da armação metálica antiferrugem, ajustável, de forma que impeça a entrada de abelhas e/ou ferroadas. Deve possuir mangas compridas com duplos ajustes elásticos nos punhos e cintura.	Und	06	R\$	R\$

2	Roupa de proteção fim específico, nome - roupa proteção para atividade apícola (manejo de abelhas com ferrão).	<p>Vestimenta/individual de segurança para Apicultor, composta de duas peças, sendo uma calça “tipo Moleton”, com cordão de ajuste e elásticos duplos reforçados na cintura e barras, com ou sem bolsos. Na cor branca ou amarela, tamanho G, confeccionada em tecido de Nylon ou Albene; e uma blusa “tipo jaleco de apicultor” na cor branca ou Amarela, tamanho G, confeccionada em tecido de Nylon ou Albene com dois bolsos frontais, ventilada nos braços, tronco e cabeça, em três camadas, sendo a primeira de tela fina, a segunda de manta acrílica e a terceira variável, podendo ser de tela fina ou tecido de algodão cru. Deve ter zíper de PVC reforçado, possibilitando a abertura parcial entre a parte superior e inferior do jaleco, de modo a permitir a retirada parcial da parte superior. A parte superior deverá ser composta chapéu destacável, fixado com velcro, de forma a não permitir o acesso de insetos, ajustável, deve ser de material rígido, sintético ou natural e/ou carneira sintética de ajuste na cabeça, com armação metálica de sustentação ou similar, viseira com tela de proteção do rosto, de cor escura, "tipo esgrimador", disposta de modo a ficar longe do rosto por meio da armação metálica antiferrugem, ajustável, de forma que impeça a entrada e/ou ferroadas. Deve possuir mangas compridas com duplos ajustes elásticos nos punhos e cintura.</p>	Und	12	R\$	R\$
3	Roupa de proteção fim específico, nome roupa proteção para atividade apícola (manejo de abelhas com ferrão).	<p>Vestimenta/individual de segurança para Apicultor, composta de duas peças, sendo uma calça “tipo Moleton” com cordão de ajuste e elásticos duplos reforçados na cintura e barras, com ou sem bolsos. Na cor branca ou amarela, tamanho GG, confeccionada em tecido de Nylon ou Albene; e uma blusa “tipo jaleco de apicultor” na cor branca ou Amarela, tamanho GG, confeccionada em tecido de Nylon ou Albene com dois bolsos frontais, ventilada nos braços, tronco e cabeça, em três camadas, sendo a primeira de tela fina, a segunda de manta acrílica e a terceira variável, podendo ser de tela fina ou tecido de algodão cru. Deve ter zíper de PVC reforçado, possibilitando a abertura parcial entre a parte superior e inferior do jaleco, de modo a permitir a retirada parcial da parte superior. A</p>	Und	07	R\$	

		<p>parte superior deverá ser composta chapéu destacável, fixado com velcro, de forma a não permitir o acesso de insetos, ajustável, deve ser de material rígido, sintético ou natural e/ou carneira sintética de ajuste na cabeça, com armação metálica de sustentação ou similar, viseira com tela de proteção do rosto, de cor escura, "tipo esgrimador", disposta de modo a ficar longe do rosto por meio da armação metálica antiferrugem, ajustável, de forma que impeça a entrada e/ou ferroadas. Deve possuir mangas compridas com duplos ajustes elásticos nos punhos e cintura.</p>				
4	Roupa de proteção fim específico, nome - roupa proteção para atividade apícola (manejo de abelhas com ferrão).	<p>Vestimenta/individual de segurança para Apicultor, composta de duas peças, sendo uma calça "tipo Moletom" com cordão de ajuste e elásticos duplos reforçados na cintura e barras, com ou sem bolsos. Na cor branca ou amarela, tamanho XGG, confeccionada em tecido de Nylon ou Albene; e uma blusa "tipo jaleco de apicultor" na cor branca ou Amarela, Tamanho XGG, confeccionada em tecido de Nylon ou Albene com dois bolsos frontais, ventilada nos braços, tronco e cabeça, em três camadas, sendo a primeira de tela fina, a segunda de manta acrílica e a terceira variável, podendo ser de tela fina ou tecido de algodão cru. Deve ter zíper de PVC reforçado, possibilitando a abertura parcial entre a parte superior e inferior do jaleco, de modo a permitir a retirada parcial da parte superior. A parte superior deverá ser composta chapéu destacável, fixado com velcro, de forma a não permitir o acesso de insetos, ajustável, deve ser de material rígido, sintético ou natural e/ou carneira sintética de ajuste na cabeça, com armação metálica de sustentação ou similar, viseira com tela de proteção do rosto, de cor escura, "tipo esgrimador", disposta de modo a ficar longe do rosto por meio da armação metálica antiferrugem, ajustável, de forma que impeça a entrada e/ou ferroadas. Deve possuir mangas compridas com duplos ajustes elásticos nos punhos e cintura.</p>	Und	05	R\$	R\$
5	Bota de segurança	Material pvc, cloreto de polivinila, cano médio, com forro em poliéster, sola borracha antiderrapante, cor branca, tamanho 38 , cano médio (26,5	Par	05	R\$	R\$

		cm), sem biqueira, para uso em atividade apícola.				
6	Bota de segurança	Material pvc, cloreto de polivinila, cano médio, com forro em poliéster, sola borracha antiderrapante, cor branca, tamanho 40 , cano médio (26,5 cm), sem biqueira, para uso em atividade apícola	Par	10	R\$	R\$
7	Bota de segurança.	Material pvc, cloreto de polivinila, cano médio, com forro em poliéster, sola borracha antiderrapante, cor branca, tamanho 42 , cano médio (26,5 cm), sem biqueira, para uso em atividade apícola.	Par	10	R\$	R\$
8	Bota de segurança.	Material pvc, cloreto de polivinila, cano médio, com forro em poliéster, sola borracha antiderrapante, cor branca, tamanho 44 , cano médio (26,5 cm), sem biqueira, para uso em atividade apícola.	Par	05	R\$	R\$
9	Luva de segurança, nome - luvas de proteção/segurança.	Luva para apicultura 100% em Kroyal branco, Tamanho G , com cinco dedos, de cor clara (branco ou amarelo), com um reforço na palma da mão (possibilitando aumento da resistência a ruptura na área do mão/polegar), costurada com linha 100% poliamida que lhe dá alta resistência a rupturas e durabilidade. Deve ser lisa dificultando a aderência da abelha em sua superfície. Punho longo e com elástico, evitando que a luva saia da mão.	Par	15	R\$	R\$
10	Luva de segurança, nome - luva segurança.	Luva para apicultura 100% em Kroyal branco, Tamanho GG , com cinco dedos, de cor clara (branco ou amarelo), com um reforço na palma da mão (possibilitando aumento da resistência a ruptura na área do mão/polegar), costurada com linha 100% poliamida que lhe dá alta resistência rupturas e durabilidade. Deve ser lisa dificultando a aderência da abelha em sua superfície. Punho longo e com elástico evitando que a luva saia da mão.	Par	15	R\$	R\$
11	Formão, nome formão de apicultor.	Formão para apicultura. Dimensões: 23cm de comprimento e 4cm de largura; fabricado em aço Inox AISI 304, chapa de 3 mm - Dimensões: 23,7 x 3,7 x 0,3 cm. Peso: 180 a 200g	Und	10	R\$	
12	Equipamento/acessório - apicultura, tipo caixa de núcleo, material madeira, aplicação atividades apícolas, características adicionais para multiplicação de colônia de apis melífera,	Caixa núcleo para abelhas padrão Langstroth produzidas de acordo com a ABNT NBR 15713. Material: madeira de cedro/cedrinho ou eucalipto vermelho (Urograndis) sem qualquer tratamento químico para conservação. Madeira deve ser aplainada com excelente acabamento (sem rachaduras ou	Und	14	R\$	R\$

	comprimento 55, largura 26.	madeira empenada). Madeira do núcleo com 2 cm de largura e com duas alças laterais para segurar escavadas na própria madeira. Quadros de ninho produzidos em madeira aplainada de cedro/cedrinho ou eucalipto, com espaçadores Hoffman, com 03 furos para passar arame. Travessão superior com entalhe para encaixar lâmina de cera em todos os quadros. Componentes: fundo, caixa núcleo, cinco quadros de ninho e tampa. Comprimento 55 cm, largura 26cm. Com medidas no Padrão Langstroth.				
13	Caixa Isca para captura de abelhas do gênero Apis Mellífera.	Caixa Isca para captura de abelhas do gênero Apis Mellífera, confeccionada em papelão reforçado/ondulado, com capacidade para 5 quadros de ninho, com medidas no Padrão Langstroth.	Und	300	R\$	R\$
14	Quadros de ninhos, tipo caixilho desmontados para caixas de ninho padrão langstroth.	Quadros de ninhos desmontados fabricados em madeira de eucalipto ou similar, com todos os encaixes para armação e 3 furos para passagem de fios nas armações laterais, com medidas no padrão Langstroth.	Und	600	R\$	R\$
15	Arame de aço inox.	Carretel de arame de aço inox para quadro de ninho e melgueira, com peso médio de 420 gramas, de aço inox 304L, com espessura 0.45mm	Und	06	R\$	R\$
16	Tela de transporte, tipo tela de transporte para ninho com 10 quadros na medida padrão langstroth	Tampa de tela superior para transporte de ninho de 10 quadros. Fabricada em madeira de eucalipto ou similar e tela galvanizada, com medidas no padrão Longstroth.	Und	14	R\$	R\$
17	Tela de transporte, tipo tela de transporte para caixa núcleo de captura com 5 quadros, com medidas no padrão Langstroth.	Tampa de tela superior de transporte para caixa núcleo de captura (com 5 quadros) quadros. Fabricada em madeira de eucalipto ou similar e tela galvanizada, com medidas no padrão Longstroth	Und	14	R\$	R\$
18	Tela excludora para alvado de colmeia 10 quadros, com medidas no padrão Langstroth.	Construída com madeira de eucalipto, com tela excludora de plástico com medidas de 37cm x 8cm x 5cm, para caixas padrão Langstroth.	Und	14	R\$	R\$
19	Tela excludora para alvado de caixa de núcleo de captura com 5 quadros, com medidas no padrão Langstroth.	Construída com madeira de eucalipto ou similar, com tela excludora de plástico com medidas de 37 cm x 8 cm x 5 cm, para caixas padrão Langstroth com 5 quadros.	Und	14	R\$	R\$
20	Tampa de tela para alvado com escape invertido – para caixas de ninho com 10 quadros, com medidas no padrão Langstroth.	Construída com madeira, com tela galvanizada, com 5 cones de entradas, adequada para ajustar ao alvado de caixas de ninho com 10 quadros, com medidas no padrão Loangstroth.	Und	14	R\$	R\$

21	Tampa de tela para alvado com escape invertido para caixas/núcleos de captura com 5 quadros, com medidas padrão Langstroth.	Construída com madeira, com tela galvanizada, com 3 cones de entradas, adequada para ajustar ao alvado de caixas/núcleo de captura com 5 quadros, com medidas no padrão Loangstroth.	Und	14	R\$	R\$
22	Cera abelha, tipo cera alveolada, aplicação apicultura, cor natural.	Lâminas alveoladas de cera de abelha para apicultura, cor natural, sem aditivos. Medida mínima das lâminas: 20cm X 42 cm de comprimento. Peso médio por lâmina: 60 a 70 gramas.	kg	60	R\$	R\$
23	Cera abelha, tipo cera bruta, aplicação apicultura, cor natural.	Cera de abelha bruta para apicultura, cor natural, sem aditivos.	Kg	05	R\$	R\$
24	Caneco soldador de cera para apicultura. Caneco de metal, material ferro, capacidade mínimo de 100, material cabo madeira, características adicionais - para fixação de cera alveolada em quadros de ninho e melgueiras.	Caneco soldador de cera para uso em atividade apícola, fabricado com ferro fundido, capacidade mínimo de 100 ML, haste do cabo revestida de madeira, e bico de condução de cera com 4cm de comprimento	Und	07	R\$	R\$
25	Garfo desoperculador- garfo de desoperculação de favos de mel de abelhas do espécie Apis Mellifera.	Garfo desoperculador reforçado em inox 304 com cabo emborrachado Material: Inox 304 e cabo de plástico, na cor azul ou preta, - comprimento 20,5 cm - Agulhas 16 agulhas	Und	07	R\$	R\$
26	Vassoura apícola para uso em atividade de apícola.	Vassoura/espanador de abelhas, fabricada com cerdas macias de crina de cavalo, com cabo em madeira, com duas a três fileiras de cerdas, nas dimensões mínimas de 4,0 X 8,5 X 24 cm.	Und	07	R\$	R\$
27	Fita Crepe Escolar, 101 48 x 50 m, Multicolor	Fita adesiva crepe - Fita Crepe Escolar, 101 48 x 50 m, Multicolor.	Und	20	R\$	R\$
28	Liga elástica para papel	Liga elástica modelo 18, Diâmetro: 65 mm, comprimento x largura: 170 mm x 25 mm, espessura, cor amarela ou verde.	Pct/Kg	07	R\$	R\$
Total						R\$

Declaramos que esta proposta tem validade de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de abertura da licitação.

Declaramos que o prazo de entrega será de 30 (trinta) dias corridos contados a partir do recebimento da Nota de Empenho;

Declaramos que nos preços estão inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

Representante Legal

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2023 – EMATER-DF**ANEXO III****MODELOS DE DECLARAÇÕES****A) DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

A empresa, inscrita no CNPJ/MF nº, declara a EMATER/DF, para fins de participação no procedimento licitatório sob a modalidade de **Pregão nº 0xx/20xx**, cumprir plenamente todos os requisitos de habilitação, estando ciente da responsabilidade administrativa, civil e penal.

.....-....., de de 2023.

.....

(assinatura do representante legal)

B) DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

A empresa, inscrita no CNPJ/MF nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., RG e CPF, DECLARA, para fins do disposto no edital do **Pregão nº 0xx/20xx** e, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

.....-....., de de 2022.

.....

(assinatura do representante legal)

C) DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

A empresa, inscrita no CNPJ/MF nº, declara à EMATER-DF, sob as penas da Lei, que inexistente fato impeditivo de sua participação no **Pregão nº 0xx/20xx** e que se compromete a informar qualquer fato superveniente que a impeça de participar de licitação.

.....-....., de de 2022.

.....

(assinatura do representante legal)

D) DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVA

A empresa, inscrita no CNPJ/MF nº, declara à EMATER-DF, sob as penas da Lei, que é (Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa, conforme o caso).

.....-....., de de 2022.

.....

(assinatura do representante legal)

E) DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF/MF sob o nº xxxxxxxxxxxx, portador da Cédula de Identidade nº xxxx, residente e domiciliado no endereço xxxxxxxx, nº xxx, bairro xxxxx, CEP xxxx, cidade xxxx, Estado xxxx, representante legal da (Empresa) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado (ou o tipo que for), com sede na xxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxx DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da lei, que NÃO sou cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de qualquer integrante do quadro de Dirigentes/funcionários da EMATER-DF e ex-empregados até 6 (seis) meses após sua demissão do quadro de pessoal da Entidade, conforme exigência de vedação ao nepotismo prevista na Súmula Vinculante n.º 13 do Supremo Tribunal Federal e regulamentada pelo Decreto n.º 7.203, de 04 de Junho de 2010.

Esta declaração visa atender as orientações do TCU, Acórdão 1195/2006 e artigo 1º do Decreto n. 7.203 de 04/06/2010, bem como, do artigo 8º do Decreto Distrital 32.751/2011.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade pela declaração ora prestada, sob as penas da lei. Local e Data.

Assinatura do Representante Legal da Empresa (Pessoa devidamente autorizada pelo ato constitutivo para assinar pela empresa - Nome Legível)

*Parentesco: pai/mãe, padrasto/madrasta, filhos, irmãos, tios, sobrinhos, avós, netos, bisavós, bisnetos do servidor e de seu cônjuge/companheiro, bem como nas relações homoafetivas.

F) DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO N° 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019

ÓRGÃO/ENTIDADE

PROCESSO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO

NÚMERO DA LICITAÇÃO

LICITANTE

CNPJ/CPF

INSCRIÇÃO ESTADUAL/DISTRITAL

REPRESENTANTE LEGAL

CPF

A pessoa física ou jurídica acima identificada, por intermédio de seu representante legal, declara que não incorre nas vedações previstas no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Brasília, ____ de _____ de _____

Assinatura

G) DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

A empresa, inscrita no CNPJ/MF nº, declara à EMATER-DF que possui o compromisso e responsabilidade com a Sustentabilidade Ambiental, nos termos das exigências impostas pela Lei Distrital nº 4.770/2012.

Representante Legal

H) DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

A empresa, inscrita no CNPJ/MF nº, declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Representante Legal

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2023 – EMATER-DF

ANEXO IV

DAS PENALIDADES

SEÇÃO IV – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 86. Os contratos devem conter cláusulas com sanções administrativas a serem aplicadas em decorrência de atraso injustificado na execução do contrato, sujeitando o contratado a multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§ 1º. A multa a que alude este artigo não impede que a Emater-DF rescinda o contrato e aplique as outras sanções previstas neste Regulamento.

§ 2º. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

§ 3º. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Emater-DF ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Emater-DF poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

1. - advertência;
2. - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
3. - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Emater-DF, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

§ 1º. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Emater-DF, cobrada administrativamente ou ainda judicialmente.

§ 2º. As sanções previstas nos incisos I e III do caput poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Art. 88. As sanções previstas no inciso III do art. 87 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por este Regulamento:

1. - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
2. - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
3. - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Emater-DF em virtude de atos ilícitos praticados.

Art. 89. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput deste artigo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas neste artigo.

§ 4º A sanção de suspensão temporária em licitação e impedimento de contratar com a EMATER-DF será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II a XII do caput deste artigo.

Art. 89-A. A multa de que trata o art. 87, inciso II, deste Regulamento, será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de

9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

§ 1º A multa será formalizada por simples apostilamento contratual e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

§ 3º O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

§ 4º Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias;

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

§ 5º Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do caput deste artigo.

§ 6º A sanção pecuniária prevista no inciso IV do caput deste artigo não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.



Documento assinado eletronicamente por **CLEISON MEDAS DUVAL - Matr.0000827-3**, **Presidente da EMATER-DF**, em 07/06/2023, às 21:44, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador= 114720758 código CRC= 5643E792.](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=114720758&codigo_crc=5643E792)

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Parque Estação Biológica , ed sede Emater-DF - Bairro Asa norte - CEP 70770-715 -

3311-9303

00072-00000266/2023-40

Doc. SEI/GDF 114720758